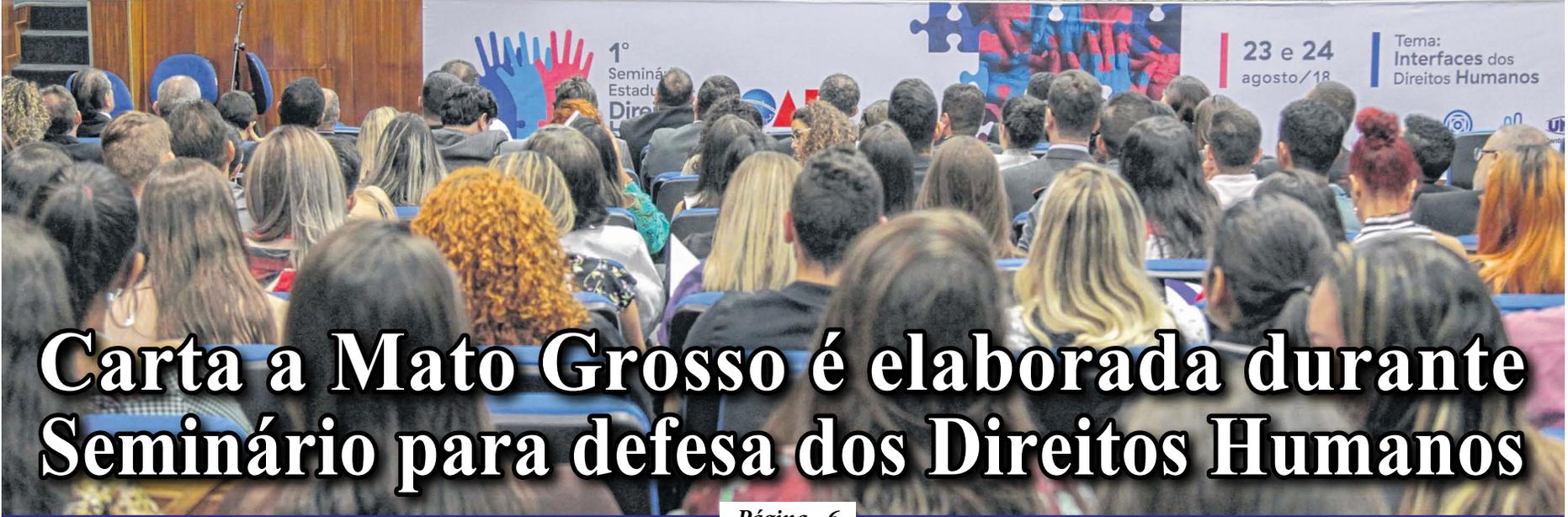


MT é primeiro estado a sancionar férias da advocacia

Página - 3



Carta a Mato Grosso é elaborada durante Seminário para defesa dos Direitos Humanos

Página - 6



OAB-MT
lança
aplicativo
para ajudar
no exercício
do voto
consciente

Página - 7



OAB Sinop lança pedra fundamental para nova sede

Página - 11

OAB requer quebra de sigilo em delações da Operação Rêmora

Página - 8

DIRETORIA DA OAB

Presidente

Leonardo Pio da Silva Campos

Vice-Presidente

Flávio Ferreira

Secretário-Geral

Ulisses Rabaneda dos Santos

Secretária-Geral Adjunta

Gisela Alves Cardoso

Diretor Tesoureiro

Helmut Flávio Preza Dalto

Conselheiros Federais

Duílio Piato Júnior
Gabriela Novis Neves Pereira Lima
Joaquim Felipe Spadoni
Josemar Carmerino dos Santos
Liliana Agatha Hadad Simioni
Oswaldo Pereira Cardoso Filho

Conselheiros Estaduais

Abel Sguarezi
Alfredo José de Oliveira Gonzaga
Alinor Sena Rodrigues
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Betsey Polistchuck de Miranda
Breno Augusto Pinto de Miranda

Bruna Ergang da Silva
Christian Jacks Lino Gasparetto
Dinara de Arruda Oliveira
Eduardo Alves Marçal
Eduardo Marques Chagas
Eduardo Ramsay de Lacerda
Élbio Gonzalez
Elizete Bagatelli Gonçalves
Ericson Cesar Gomes
Fábio de Sá Pereira
Fabio Luis de Mello Oliveira
Fabiola Cássia de Noronha Sampaio
Fernando Augusto Vieira de Figueiredo
Fernando Henrique Machado da Silva
Flávia Carrazzone Ferreira
Flaviano Kleber Taques Figueiredo
Francys Ricardo Menegon
Gildo Capeleto
Hélio Machado da Costa Júnior
Hélio Nishyama
Igor Girardi Faria
Ivo Matias
José Carlos de Oliveira Guimarães
Júnior
José Eduardo Polisel Gonçalves
José Patrocínio de Brito Júnior
José Sebastião de Campos Sobrinho
Juliana Ribeiro Salvador
Kleber Zinimar Geraldine Coutinho
Luís Filipe Oliveira de Oliveira
Luís Henrique Nucci Vacaro
Luiz Carlos de Oliveira Assumpção
Júnior
Luiz da Penha Corrêa

Marisol Nespoli
Mauro Paulo Galera Mari
Mauro Portes Júnior
Nelson Aparecido Manoel Júnior
Paula Regina de Toledo Ribeiro
Pedro Martins Verão
Regina Célia Sabioni Lourimier
Reinaldo Américo Ortigara
Ricardo Ferreira Garcia
Ricardo Moraes de Oliveira
Roberta Vieira Borges
Rodrigo Geraldo Ribeiro de Araújo
Rogério Lavezzo
Samir Dartanhan Ramos
Samir Hammoud
Sandro Luis Costa Saggin
Selma Cristina Flores Catalan
Selma Pinto de Arruda Guimarães
Sirlene de Jesus Bueno
Suerika Maia de Paula Carvalho
Tânia Regina Ignotti Faiad
Tatiane de Barros Magalhães
Valdir Miquelin
Vinícius Dall Comune Hunhoff
Walmir Antônio Pereira Machiaveli

1ª Câmara Julgadora

Presidente: Flavio José Ferreira
Membros: José Patrocínio de Brito Júnior
Jose Eduardo Polisel Gonçalves
Eduardo Ramsay De Lacerda
Ricardo Moraes de Oliveira

Tania Regina Ignotti Faiad

2ª Câmara Julgadora

Presidente: Ulisses Rabaneda dos Santos
Membros: Pedro Martins Verão
Luiz da Penha Correia
Breno Augusto Pinto de Miranda
Hélio Machado da Costa Junior
Eduardo Alves Marçal

3ª Câmara Julgadora

Presidente: Gisela Alves Cardoso
Membros: Jose Sebastião de Campos Sobrinho
Fernando Augusto Vieira Figueiredo
Roberta Vieira Borges
Antônio Luiz Ferreira da Silva
Luiz Carlos de Oliveira Assunção Junior

Caixa de Assistência dos Advogados (CAA/MT)

Presidente

Itallo Gustavo de Almeida Leite

Vice-presidente

Xênia Michele Artmann Guerra

Secretário-Geral

Ana Carolina Naves Dias Barchet

Secretário-Geral Adjunto

José Luiz de Aguiar Bojikian

Tesoureiro

Leonardo de Mesquita Vergani

Diretores

Ariane Martins Fontes
Clarissa Lopes Dias
Gisele Gaudêncio Alves da Silva
Raquel Cristina Rockenbach Bleich
Viviane Cristine Caldas

Escola Superior de Advocacia (ESAMT)

Diretor Presidente

Marco Antônio Lorga

Diretor - Adjunto

Bruno Devesa Cintra

Secretário - Geral

Sílvio Soares da Silva Junior

Secretária - Geral Adjunta

Marina Ignotti Faiad

Coordenador Pedagógico

Vladia Maria

Contatos: (65) 3613-0956/0957

RELATORES DO TED

Presidente

JOÃO BATISTA BENETI

Vice-presidente

ADRIANO CARRELO SILVA

Secretário-geral

SILVANO MACEDO GALVÃO

1ª TURMA

Presidente

RENATO DE PERBOYRE BONILHA

Relatores

ROBER CESAR DA SILVA
GIORGIO AGUIAR DA SILVA

2ª TURMA

Presidente

ROBERTO ANTUNES BARROS

Relatores

MARIO OLIMPIO MEDEIROS NETO
ANDRÉ LUIS DOMINGOS DA SILVA
ROSENI APARECIDA FARINACIO
LUIZ CARLOS TAQUES DE ANDRADE

3ª TURMA

Presidente

PEDRO MARCELO DE SIMONE

Relatores

SEILA MARIA ALVARES DA SILVA
APOENA CAMERINO DE AZEVEDO
ALENCAR FELIX DA SILVA
MARCELO BERTOLDO BARCHET

4ª TURMA

Presidente

JOÃO MANOEL JUNIOR

Relatores

JOSÉ RAVANELLO
LINOIR LAZZARETTI JUNIOR
ANA MARIA SORDI TEIXEIRA MOSER
ILDO DE ASSIS MACEDO

5ª TURMA

Presidente

ARNALDO RAUEN DELPIZZO

Relatores

ROSELY AMARAL DE SOUZA
JULIERME ROMERO

ROBERTO CARLONI DE ASSIS
DANIELE IZAURA DA SILVA CAVALARI
REZENDE

6ª TURMA

Presidente

JACKSON MÁRIO DE SOUZA

Relatores

VINICIUS MANOEL
GELISON NUNES DE SOUZA
JOSÉ ANTONIO GASPARELO JUNIOR
CIBELI SIMÕES DOS SANTOS

7ª TURMA

Presidente

ADRIANA PAULA TANSSINI RODRIGUES SILVA

Relatores

LUIZ ALBERTO DERZE VILLALBA CARNEIRO
HAMILTON FERREIRA DA SILVA JUNIOR
JUCIMEIRE MARQUES DE OLIVEIRA
LEOPOLDO DE MORAES GODINHO JUNIOR

8ª TURMA

Presidente

CRISTIANO ALCIDES BASSO

Relatores

JONEL BENEDITO FERREIRA DE ARRUDA
EDUARDO AUGUSTO BORDONI MANZEPPI
JOSINÉIA SANABRIA ORTIZ PRADO
RODRIGO REIS COLOMBO

9ª TURMA

Presidente

AURELIO ALENCAR SOARES DE OLIVEIRA

Relatores

RAFAEL VICENTE GONÇALVES TOBIAS
ESTEVÃO PINHEIRO JOTA
CLAIRE INES GAI MATIELO

10ª TURMA

Presidente

SONIA MARIA ALVES SANTOS

Relatores

RAPHAEL NAVES DIAS
JOÃO PAULO AVANSINI CARNELOS
MARIO APARECIDO LEITE CANGUSSU PRATES

11ª TURMA

Presidente

MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA

Relatores

AMARO CESAR CASTILHO
PAULO FABRINNY MEDEIROS
ANTONIO ALVES DA SILVA JUNIOR
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO
JOSÉ DIOGO DUTRA FILHO
CLEBER IRINEU RODRIGUES DA SILVA
RAFAEL WILLIAN BATISTA
ALEX FERREIRA DE ABREU

DIRETORIA DO TDP

Presidente

André StumpfJacobe Gonçalves

Vice-presidente

Maurício Magalhães Faria Neto

Secretário-geral

Max Magno Ferreira Mendes

Secretária adjunta

Fabiane BattistettiBerlanga

Telefone de plantão do TDP: (65) 9 9239-1000

Jornalistas:

Natacha Wogel
Sissy Cambuim - DRT/MS 0604
Paula Peres - DRT/MT 1243
Ascom/TRE
Paula Fernanda Pereira e Ascom/TRE-MT
ZF Press/ Assessoria Sejudh-MT/ Ícone Press

Fotografias:

Assessoria vereador Diegeo Guimarães, Tchelo Figueiredo/ZF Press, Fabrício Rodrigues/ZF Press, Mayla Miranda, Eliz Passos/ZF Press, Chico Ferreira/ZF Press

Diagramação e Editoração: Cláudio Castro - DRT/MT 351



EXPEDIENTE

Contatos Assessoria de Imprensa:

OAB/MT - (65) 3613-0928/0929 - imprensaoabmt@gmail.com

Mídias Sociais:

@oabmatgrosso
www.facebook.com.br/oabmatgrosso
www.twitter.com.br/oabmt

CAA/MT (65) 3644-1006 - caamt@caamt.com.br
www.facebook.com.br/caaoabmt

Publicidade: Boletim Informativo - Comunicação Institucional

Tiragem: 17.000 exemplares

OAB Mato Grosso - Avenida Mário Cardi Filho, s/n -
Centro Político Administrativo - CEP: 78.049-914
- Cuiabá/MT - Tel.: (65) 3613-0900 Fax: (65) 3613-0921

MT é primeiro do país a assegurar férias da advocacia

Prevista no Código de Processo Civil (CPC), a suspensão de prazos processuais no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro, assegurando aos profissionais da advocacia o direito às férias, agora passa a ser realidade em todo Mato Grosso, inclusive nos processos administrativos.

O Estado é o primeiro do país a suspender os prazos no âmbito administrativo durante o período. A Lei 10.735/2018 foi publicada no Diário Oficial que circulou no dia 10 de agosto, um dia antes do Dia da Advocacia, e já está em vigor. A partir deste ano, advogados e advogadas poderão usufruir das férias previstas no CPC.

O feito inédito é fruto de um trabalho realizado pela OAB-MT junto à Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT). A entidade já vinha promovendo, junto aos tribunais e órgãos do Estado, a sensibilização sobre a necessidade do reconhecimento das férias da advocacia privada e alcançando resultados isolados.

Agora, com o projeto de autoria do presidente da Casa, deputado Eduardo Botelho, e apoio do deputado Guilherme Maluf, o direito dos advogados e advogadas que atuam em Mato Grosso foi regulamentado de maneira uniforme.

A legislação que entra em vigor altera a Lei 7.692/2002, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública de Mato Grosso, e seu artigo 88 passa a ter a seguinte redação: “Todos os prazos nos processos administrativos no âmbito do Estado de Mato



Grosso ficam suspensos no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro, inclusive, de modo a garantir o período de férias à advocacia mato-grossense”.

“É motivo de grande orgulho para a OAB-MT saber que nosso Estado foi o primeiro a reconhecer esse direito tão importante para os profissionais da advocacia”, destacou o presidente da Or-

dem, Leonardo Campos.

Ele reforçou ainda a sensibilidade dos deputados Eduardo Botelho e Guilherme Maluf, ao encamparem a proposta, e do governador Pedro Taques, que a sancionou, reconhecendo de forma pioneira que a garantia de férias aos profissionais da advocacia privada é um direito fundamental para todo trabalhador.

Em consonância com a legislação federal, os prazos já estavam suspensos nos tribunais do Trabalho, Eleitoral, Federal, de Contas e de Justiça. Com a suspensão também na esfera administrativa, advogados e advogadas podem se organizar para desfrutar do período de descanso anual junto aos seus familiares.

Governo revoga artigo que reduzia indenizações pagas pelo Estado

“Uma vitória para a sociedade e para a advocacia”, assim foi classificada a revogação do artigo 5º da Lei 10.656/2017, que reduziu o valor a ser pago pelo Estado, suas autarquias e fundações em indenizações decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado.

Desde que entrou em vigor, em 28 de dezembro do ano passado, a norma vem sendo questionada pela OAB-MT. A legislação reduziu de 256 Unidades Padrão Fiscal de Mato Grosso

(UPFMT) para 100 o limite das Requisições de Pequeno Valor (RPV), que se referem às indenizações devidas pelo Estado àqueles que ingressaram com ação judicial.

Além de reduzir a quase um terço o valor máximo para pagamento das indenizações, o artigo 5º estabelecia que as RPs cujo trânsito em julgado da decisão tenha ocorrido antes de sua entrada em vigor observariam o limite de 70 UPFs. Desta forma, aqueles que tivessem ganhado na justiça o direito

de receber uma indenização do Estado e, porventura, não tenham dado entrada no procedimento para recebê-la, não teriam mais direito de cobrar os cerca de R\$ 35 mil (256 UPFMT) vigentes na lei anterior e nem os R\$ 13,6 mil equivalentes a 100 UPFMT, mas somente R\$ 9,5 mil sem que seja por meio de precatório.

Diante da flagrante inconstitucionalidade do dispositivo, a OAB-MT procurou o Governo, por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE),

buscando a revogação do dispositivo. Após um trabalho constante de sensibilização do Estado, foi publicada no Diário Oficial do Estado que circulou no dia 23 de agosto a Lei 10.753/2018.

Apesar de ter entrado em vigor somente oito meses depois da publicação da lei que reduziu o valor das indenizações, a legislação possui efeitos retroativos, de forma que todos aqueles que tenham decisões transitadas em julgado terão assegurado seus direitos à indenização a ser paga pelo Estado.

Protagonismo da jovem advocacia de MT é evidência em Encontro Nacional

Membros da Comissão da Jovem Advocacia (Cojad) da OAB-MT compareceram ao Encontro Nacional da Jovem Advocacia, realizado no Distrito Federal, no início de agosto, em que o protagonismo da atuação do Estado foi destacado como ponto principal pelos participantes. A delegação da jovem advocacia mato-grossense se fez presente com 16 advogados e advogadas.

O tema escolhido para o encontro de 2018 foi “Advocacia do Amanhã: Inovação e Tradição”. Concomitante ao evento também aconteceu o Colégio Nacional de Presidentes Jovens.

“Destaco a postura de Mato Grosso em se colocar à disposição e participar do grupo de trabalho que vai rediscutir a política exercida dentro da OAB, a política de Ordem. Essa postura da OAB-MT, exercida por meio da sua Comissão de Jovem Advocacia, reativa e reforça nosso protagonismo que, desde o início da atu-

al gestão, exercemos no cenário nacional”, comentou o secretário-geral da Comissão, Pedro Henrique Ferreira Marques, que participou do evento.

A queda da cláusula de barreira foi um dos temas destaques da edição do Encontro. A advogada Ellen Freitas, secretária-geral adjunta da Cojad, pontuou sobre a participação do presidente nacional da OAB, Cláudio Lamachia, na discussão. “Ele ouviu o questionamento e disse que o assunto seria analisado no Colégio de Presidentes das Seccionais”, acrescentou, avaliando como produtiva a realização do encontro por conta das palestras com temas variados e atuais.

Pela primeira vez no evento a advogada Juliana Destri, também membro da Cojad, disse que superou suas expectativas, desde a recepção no aeroporto de Brasília. “Uma organização impecável, além de palestras de extrema relevância. Voltarei sempre que puder, sem dúvidas”.



OAB-MT vai a GO para conhecer ‘Passaporte do Idoso’ e tratar de vara especializada

A Comissão de Direito do Idoso da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT) foi buscar em Goiás a inspiração para um projeto que pretende implementar no Estado. Trata-se do “Passaporte do Idoso”, uma espécie de identificação que assegura à pessoa idosa o direito de viajar com o benefício da gratuidade, prevista no Estatuto do Idoso. A visita a Goiânia foi feita pelo presidente da Comissão, o advogado Isandir Rezende.

“Fomos calorosamente recepcionados pela Comissão do Advogado Sênior da Seccional de Goiás, representada pela presidente Sara Mendes e por colegas. Também visitamos a Secretaria Cidadã de Goiás, recebidos pela secretária adjunta Luciana Amorim, onde pudemos ter o conhecimento do trabalho desenvolvido pela Secretaria Geral do Idoso com o passaporte”, relatou o presidente da Comissão de Mato Grosso.

A garantia da gratuidade do transporte de idosos, conforme a Lei nº 10.741/03

(Estatuto do Idoso), é uma das principais bandeiras da Comissão no Estado e alvo de preocupação, em razão de denúncias de desrespeito que chegam com frequência ao colegiado.

Outro encontro realizado pela Comissão do Idoso da OAB-MT em Goiás foi com a parlamentar federal Flávia Moraes para que conhecesse o levantamento proposto por Mato Grosso no Colégio das Comissões de Direito do Idosos, re-

alizado em Florianópolis (SC) neste ano, do número de processos em trâmite junto aos fóruns cíveis das capitais para permitir a criação da Vara Especializada da Pessoa Idosos, caso o projeto seja aprovado pela Câmara Federal.

“Estamos ainda em levantamento e, assim que tivermos todos os dados, iremos a Brasília para entregar o resultado à deputada Flávia Moraes”, complementou o advogado.



Interior - A campanha de divulgação do material produzido pela OAB-MT com alerta sobre as formas de violência praticadas contra a pessoa idosa tem avançado no Estado. O presidente da Comissão de Direito do Idoso percorreu municípios do oeste e do sul do Estado para distribuir a cartilha em que apresenta o “violomentômetro”, uma espécie de marcador que demonstra a evolução das violências cometidas contra o idoso.

Em julho, as cidades de Mirassol d’Oeste e Cáceres receberam o material, entregue pessoalmente pelo presidente da Comissão. Ele visitou as sedes das subseções da OAB-MT e a Justiça Federal, no caso de Cáceres.

No começo de agosto, foi a vez das cidades de Rondonópolis, Jaciara e Várzea Grande receberem o material de orientação. Também visitando as subseções, Isandir Rezende conversou com integrantes da Ordem que atuam nas comissões de Direito do Idoso nas cidades. Em Jaciara, a advogada Flávia Pivetta recebeu o representante da Comissão.

Em Várzea Grande, o presidente esteve no Comando da Polícia Militar acompanhado da secretária executiva dos Conselhos de Direitos da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), Ivonete Teixeira. “Conversamos sobre ações educativas para os futuros oficiais da PM na garantia e defesa dos direitos da terceira idade”, acrescentou Isandir Rezende.

Os canais para denúncia dos atos de agressão também constam do material: disque 100; disque 190, e Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa idosa – (65) 3613-9981.

Membros da OAB-MT recebem Moção de Aplausos da Câmara de Cuiabá

Em razão do Mês da Advocacia, representantes da OAB-MT receberam Moção de Aplausos da Câmara de Vereadores de Cuiabá, no início de agosto, oferecida pelo advogado e vereador Diego Guimarães. Na solenidade, a importância da atuação de advogados e advogadas para consolidação da democracia brasileira e as conquistas alcançadas no Estado deram o tom dos discursos de homenagem. Quinze integrantes dos quadros da Ordem, além de três membros honorários vitalícios – ex-presidentes – receberam a moção.

A conselheira federal da OAB-MT e procuradora-geral do Estado, Gabriela Novis Neves, representou o presidente da entidade, Leonardo Campos, na celebração. Ela aproveitou para cobrar um maior engajamento feminino nas questões políticas da profissão. Também falou do orgulho de ser advogada.

“Principalmente como mulher, já que metade da advocacia é formada por mulheres. Há muitas campanhas na OAB, mas nós precisamos ocupar mais os espaços, porque eles estão abertos pra gente. Tenho muito orgulho de fazer parte do Conselho Federal, onde tem 81 representantes,



com apenas oito mulheres, mas que fazem mais barulho do que todos os homens”, relatou.

A procuradora ainda comentou sobre sua militância junto a Ordem. “Essa oportunidade de atuar junto ao Conselho pela OAB é muito importante pra mim. Foi na OAB que aprendi a voar. A advocacia é vocação e estar dentro do Conselho Federal é participar mais, é a vida política da nossa classe de advogados. Quem está aqui sendo homenageado é porque, com certeza, tem muita importância nesse papel”, finalizou, anunciando, depois, a publicação da lei que criou as férias da advocacia no âmbito estadual da Justiça, garantin-

do a suspensão de prazos no período.

Em sua fala, o presidente do Tribunal de Defesa das Prerrogativas da OAB-MT, André Stumpf, rememorou a fundamental participação da advocacia na solução de conflitos sociais de toda ordem e na garantia da democracia brasileira, com a participação na elaboração na chamada Constituição Cidadã.

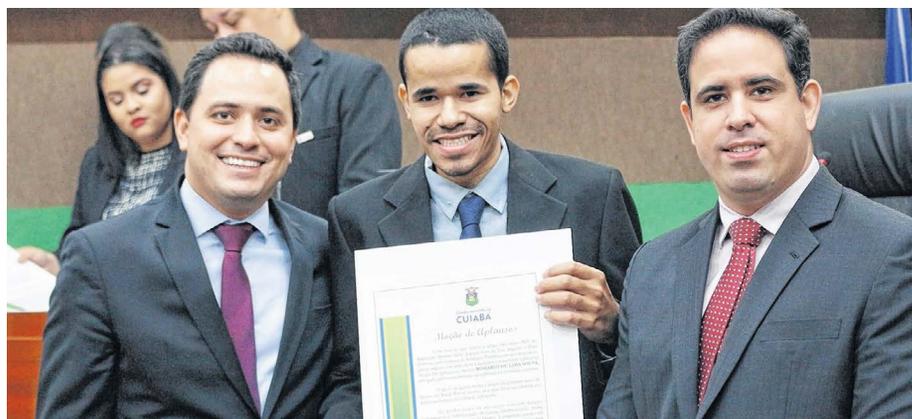
“A advocacia regula as relações humanas dentro da sociedade. Nós, advogados, somos os ponta-de-lança para regular as relações com todas as instituições. É o advogado que é chamado quando há um problema seja em qualquer esfera for da sociedade. A advocacia sempre esteve presente na construção da democracia brasileira. Essa Constituição de 1988 tem as mãos da advocacia brasileira, por meio da Ordem dos Advogados. Cada direito garantido às categorias na Constituição tem a mão da advocacia, inclusive ao Ministério Público e à Magistratura”, ponderou Stumpf.

Confira os nomes dos homenageados dos quadros da OAB-MT:

André Stumpf
Akio Gustavo Maluf Sasaki
Carlos Antônio Perlin
Carlos Rafael Demian Gomes de Carvalho
Eduardo Manzeppi
Fabiano Rabaneda dos Santos
Fabrício Renann Pastho Pavan
Gabriela Novis Neves
Hélio Machado
Itallo Gustavo de Almeida Leite
José do Patrocínio de Brito Júnior
Leonardo Pio da Silva Campos
Leonardo Luís Nunes Bernazzoli
Maurício Magalhães Faria Neto
Nalian Borges Cintra Machado
Romário de Lima Souza
Membros honorários vitalícios:
Cláudio Stabile
Murício Aude
Ussiel Tavares

O presidente do TDP agradeceu a homenagem feita pelo vereador e, por fim, colocou o TDP à disposição. “Porque quando defendemos um colega, estamos defendendo a nós”, finalizou.

Também prestigiou a solenidade o vice-prefeito de Cuiabá, Niuane Ribeiro.



Secretário-geral da OAB-MT participa de livro sobre Direito Eleitoral

O secretário-geral da OAB-MT, Ulisses Rabaneda, colaborou com a publicação de um artigo do livro “Direito Eleitoral - Temas Relevantes”, lançado pela Editora Juruá. A obra tem como um dos organizadores o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz

Fux. Atualmente, Rabaneda atua como juiz do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT).

Além do ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram organizadores da obra o juiz eleitoral Antônio Velloso Peleja Júnior, o assessor-chefe da As-

essoria Especial do TSE, Frederico Franco Alvim, e a chefe de gabinete do TSE, Juliana Sant’ana Sesconetto. Contribuíram com a publicação 32 juristas, doutrinadores, com larga experiência no Direito Eleitoral.

Cotas de gênero, abuso do poder religioso, voto impresso, Fake News, Cro-

wdfunding e autofinanciamento estão entre os temas abordados na obra, que tem a intenção de levar o leitor ao estudo crítico de novas tendências, porque se modifica a forma de compreensão e aplicação do direito em abordagens fundamentais.

ZF Press

Carta de Mato Grosso propõe ações para a defesa dos Direitos Humanos

Principal resultado do I Seminário de Direitos Humanos promovido pela OAB-MT em parceria com universidades públicas e privadas, a Carta de Mato Grosso sintetizou as propostas oriundas dos debates realizados nos sete fóruns temáticos do evento, apontando caminhos a serem implementados pelas autoridades e instituições responsáveis.

Os pontos elencados foram extraídos dos debates promovidos ao longo dos fóruns que abordaram temas como educação, meio-ambiente, trabalho, saúde, sistema prisional, vulnerabilidade e cidadania, além das palestras magnas que abriram o evento.

Com tema amplo, cada fórum reuniu três palestrantes que poderia abordar qualquer aspecto dentro da temática. Além disso, a discussão era aberta aos participantes, que por meio de perguntas e debates também puderam contribuir para a formação da Carta de Mato Grosso.

Ao final das discussões, foram compiladas três posições de cada fórum temático para compor a Carta.

De acordo com o coordenador geral do I Seminário Estadual de Direitos Humanos, o vice-presidente da OAB-MT, Flávio Ferreira, o documento será encaminhado às autoridades nacionais, estaduais e municipais.



Carta de Mato Grosso

Nós, participantes do I Seminário Estadual de Direitos Humanos, promovido pela OAB-MT em parceria com universidades públicas e privadas, reunidos na cidade de Cuiabá/MT, nos dias 23 e 24 de agosto de 2018, debatemos sobre a atual conjuntura dos Direitos Humanos no Brasil e no Estado de Mato Grosso, tendo como temática as "Interfaces dos Direitos Humanos", e, reconhecendo o papel social da OAB e das Instituições de Ensino, consideramos pontuar sugestões para as entidades e instituições a fim de fomentar a discussão e ações sobre os seguintes temas:

1. Que os órgãos públicos deixem de adequar a lei aos imóveis rurais reduzindo a proteção ambiental e passem a mostrar a todos os interessados a importância de manter ou aumentar essa proteção. Reduzi-la não ajuda a regularizar os imóveis e nem evita o comportamento degradador, ao contrário, incentiva o descumprimento da norma, que é histórico.

2. Os direitos humanos devem ser fio condutor de todas as disciplinas e em todos os graus de educação, desde o Ensino Básico até a pós-graduação. A educação em direitos humanos deve ser tema constante de eventos que possibilitem o debate.

3. O acesso à Educação deve ser mais do que a mera preocupação com a alfabetização, deve servir como instrumento de cidadania no sentido de dotar o ser humano da capacidade de conhecer, entender e exercer seus direitos e deveres.

4. O processo de colonialismo bio-cultural se caracteriza pela apropriação indevida da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados, contrariando os tratados internacionais de direitos humanos. Para combater este colonialismo bio-cultural há o instrumento de controle de convencionalidade difuso, com efeito inter partes e erga omnes se em sede de recurso extraordinário.

5. A saúde humana, a fauna, a flora e o desenvolvimento socioeconômico sustentável dependem do adequado tratamento do esgoto sanitário. O lançamento inadequado do esgoto sanitário compromete não apenas o ambiente urbano, mas as bacias hidrográficas ligadas aos cursos hídricos, obstando o desenvolvimento sustentável, a qualidade de vida da população e o futuro das gerações, sendo imprescindível que o poder público implemente políticas públicas conforme orientado pela Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n. 9.433/97) e as diretrizes da lei de saneamento básico (Lei n. 11.445/2007).

6. O processo de expansão e desenvolvimento urbano é desigual, excludente e insustentável, sendo necessária a efetiva intervenção do Poder Público para implementar políticas e ações para a transformação dos espaços urbanos, com acesso à moradia para a população de baixa renda e a preservação do meio ambiente, para garantir o direito à cidade e o bem-estar de seus habitantes.

7. Conscientizar as pessoas e as autoridades que todos, livres ou reclusos, são vulneráveis às consequências da ausência de eficácia do direito humano à saúde, dado o acesso universal ao sistema de saúde pública preferencialmente disponível e oportuna em tempo integral, bem como, analisar a ampliação e a efetividade da auditoria no sistema de saúde pública.

8. Refletir se o modelo brasileiro de agricultura melhora a eficácia do direito humano à saúde.

9. Conclamar todos os cidadãos a reconhecerem-se humanos, enxergando no outro um detentor dos mesmos direitos.

10. Ressaltar a relevância dos institutos da Presunção de Inocência e do Estado Democrático de Direito como garantias fundamentais dos direitos humanos à liberdade e à cidadania.

11. Deve a OAB se preocupar em qualificar os advogados para a defesa e promoção dos direitos humanos em todas as áreas do Direito.

12. A terceirização da mão de obra, seja da atividade meio ou mesmo da própria atividade fim, é fator de preocupação para toda a sociedade, pois promove a precarização das relações de trabalho, aviltando a dignidade da pessoa humana. O art. 4o C, parágrafo primeiro da Lei 6.019/74

- alterado pela Lei 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), não impõe a igualdade entre o trabalhador terceirizado e o trabalhador contratado pela própria empresa tomadora de serviços, o que afronta a dignidade e a igualdade entre os trabalhadores, sendo imprescindível a declaração da inconstitucionalidade da norma, assim como a revogação pelo Poder Legislativo.

13. O trabalho em condições análogas a de escravidão merece mais atenção das autoridades públicas. Mato Grosso é o segundo colocado no ranking do Trabalho Escravo. O trabalho, enquanto elemento da identidade do ser humano, deve ser desempenhado de forma digna e o estado deve assegurar a dignidade da relação de trabalho. Neste contexto, o Estado de Mato Grosso deve se empenhar em cumprir todas as obrigações relativas ao retorno das atividades da Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo de Mato Grosso (Coetrae), que em momento anterior exerceu papel de destaque na erradicação do trabalho escravo e lamentavelmente encontra-se em estado de abandono, caracterizando uma grave omissão do Governo do Estado de Mato Grosso em relação a este importante órgão.

14. Dentro desta perspectiva, ressaltamos a importância de que os Direitos Humanos estão atrelados a uma construção constante que atenda a realidade da luta por melhores condições de trabalho, para além do que é positivado, na tentativa de atender ao interesse de todos os atores envolvidos na contraditória relação do capital, trabalho e emprego.

15. Promover a diminuição da superpopulação carcerária buscando reduzir o número de presos provisórios por meio da criação da Central de Alternativas Penais, com a constante revisão dos processos, na avaliação de cada caso, aplicando instrumentos efetivos, como os requisitos da liberdade provisória. Para isso, deve se promover a estruturação da Defensoria Pública, fomentando parcerias com os Núcleos de Prática Jurídica das instituições de ensino, propiciando ao reeducando a devida prestação jurídica.

16. Proporcionar as condições necessárias para a realização de atividades laborativas e educacionais que propiciem o retorno da vida após o cárcere, por meio do instituto da remição tanto laborativa e educacional. Instituir um modelo alternativo o APAC, tendo análise de critérios objetivos para sua aplicação e implementação.

17. Estabelecer um padrão de atuação dentro do sistema penitenciário brasileiro no intuito de fomentar a ressocialização por meio do trabalho efetivo dentro da unidade prisional. Estruturar os estabelecimentos prisionais no intuito de propiciar a separação por critérios objetivos e subjetivos do reeducando.

18. É necessário estabelecer a construção de medidas e políticas públicas com o objetivo de minimizar o sofrimento, reparar e restaurar as condições de vida dos seres Humanos que estão nos grupos de vulnerabilidades, alocando devidamente as ações desenvolvidas e a serem desenvolvidas nas peças orçamentárias (LOAs), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Plano Plurianual (PPA).

19. Os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, juntamente com a sociedade, devem criar um observatório que possibilite a devida reflexão sobre a vulnerabilidade a qual as crianças vítimas de violência doméstica estão sendo expostas em razão da indevida aplicação da lei de alienação parental evitando a convivência da criança e do adolescente com seus agressores.

20. Cobrar as políticas de inclusão da Pessoa Com Deficiência nos mais diversos níveis, desde a inclusão escolar, solicitando informações sobre a receptividade de alunos com deficiência pela rede pública de ensino e quais as atividades estão sendo desenvolvidas para isso e também solicitar solução junto aos poderes para que os prédios públicos atendam as condições de acessibilidade estabelecidas na legislação.

21. Rediscutir a Constituição Federal e o Sistema Jurídico Brasileiro de forma que não suprima direitos e sim amplie sua oportunidade de efetivação no trato judicial do combate à vulnerabilidade.

Lamachia destaca aplicativo lançado pela OAB-MT como ferramenta para voto consciente

Seguindo o lema “voto não tem preço, tem consequência”, a OAB-MT lançou o aplicativo Cidadão Fiscal, uma ferramenta para smartphones que garante acesso à legislação eleitoral e permite que o usuário atue na fiscalização das campanhas eleitorais.

“Um aplicativo como este é uma ferramenta importantíssima. Deve ser hoje baixado em todos os telefones, devemos andar com ele no bolso para votarmos com consciência e responsabilidade, porque voto não tem preço; voto tem consequência e a consequência de uma escolha mal feita é exatamente essa crise ética e moral sem precedentes que estamos vendo aí”, declarou o presidente nacional da OAB, Claudio Lamachia, durante o lançamento do Cidadão Fiscal em Cuiabá, na abertura do I Seminário Estadual de Direitos Humanos, no



dia 23 de agosto.

De acordo com o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, o exercício da cidadania tem como pilar principal o exercício do voto secreto. “É o

exercício pleno da cidadania porque ali o mais simples dos cidadãos tem o mesmo poder do mais graduado dirigente da República, é o poder de decidir o futuro do país”, disse.

Diante da responsabilidade que exige este poder, a OAB-MT idealizou o Cidadão Fiscal como uma ferramenta que permita ao eleitor exercer sua cidadania de forma plena, não apenas votando, mas fiscalizando o processo eleitoral, a fim de evitar maiores danos futuros.

Durante o pleito de 2016, o aplicativo contou com mais de 2 mil downloads e recebeu denúncias de cidadãos de 17 estados do país. “Este aplicativo é fundamental porque nós, efetivamente, estamos, neste momento, vivenciando a eleição mais importante desde a redemocratização do Brasil, há 33 anos”, frisou Lamachia.

Ele complementou que a Constituição Federal afirma claramente que o poder emana do povo. “E por que não estamos assumindo o nosso papel de protagonistas num momento como esse?”.

No Cidadão Fiscal, que pode ser baixado gratuitamente nos sistemas Android e IOS, além da legislação eleitoral atualizada e compilada, que pode ser facilmente consultada pelo usuário, há espaço para preenchimento de formulário, com opção de identificação ou não, para encaminhamento de denúncias, em tempo real, com recursos de texto, foto e vídeo.

Todas denúncias são recebidas pela OAB-MT que encaminha aos órgãos responsáveis para as devidas providências e, também, às respectivas seccionais da Ordem.

Seminário evidencia necessidade de mais políticas públicas e olhar familiar para infância e juventude

As principais aspirações pertinentes à infância e à adolescência no Estado foram debatidas, no dia 30 de agosto, com a presença de mais de 250 pessoas pertencentes às redes de proteção, no 2º Seminário da Infância e Juventude realizado pela OAB-MT. O evento, encabeçado pela Comissão da Infância e Juventude (CIJ) da entidade, evidenciou a necessidade de mais políticas públicas para proteger e amparar os menores, além de um olhar social mais voltado para sua inserção no contexto familiar.

“Todas as grandes aspirações da criança e do adolescente são contempladas nos debates de hoje. A função desse encontro é integrar as redes de proteção à infância. Temos um público de 120 policiais militares, além de conselheiros tutelares, professores da rede pública, conselheiros de Direito, psicólogos. É quem está na ponta cuidando da criança e do adolescente”, destacou a organizadora do encontro, a presidente da Comissão da OAB-MT, Tatiane de Barros Ramalho.

Ao longo do dia, a programação incluiu discussões em três mesas redondas e palestras para abordagem da violência sexual contra crianças e adolescentes, a adoção, as demais formas de violência contra os menores, além da necessidade de investimento nos serviços de proteção.

O registro médio de 25 casos de vio-

lência sexual contra crianças e adolescentes feito pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, entre janeiro e junho deste ano, foi uma das temáticas mais destacadas. “São 306 casos registrados no primeiro semestre deste ano, imagina o quanto não ficou subnotificado”, reforçou a advogada.

A CIJ, através do programa OAB vai à Escola, desenvolve um trabalho de conscientização e alerta às crianças e aos adolescentes para que consigam observar o que é violência sexual. “Demonstramos o que é a violência contra a criança, contra o adolescente, porque muitos não sabem. Infelizmente, pensam que a violência tem que ter o ato praticado. Não sabem que um toque, uma palavra do abusador já é violência. E dos registros em Cuiabá, 85% dos abusadores são de pessoas próximas às crianças, tios, pais, vizinhos, padrastos”, alertou Tatiane Ramalho, dizendo apostar no trabalho de divulgação para que mais casos sejam denunciados.

Família – O tema da adoção teve como uma das palestrantes a presidente da CIJ da OAB-GO, a advogada Bárbara de Oliveria Cruvinel, que reforçou a necessidade de um novo olhar sobre o processo: não mais que se encontre a criança para atender aos anseios do casal que não quer ou não pode ter filhos biológicos, mas que a preocupação seja o encontro de uma família para atender o direito e a

necessidade do menor que está abrigado e quer o convívio.

“Entendo a adoção como um assunto que precisa ser tido como uma mudança paradigmática de valores. Não adianta nada termos a abordagem jurídica se antes não estivermos humanamente preparados para adotar ou ser adotado”, ponderou a representante da OAB-GO.

No encerramento do Seminário, o procurador de justiça e responsável pela Defesa da Infância e Juventude no Ministério Público do Estado, Paulo Prado, enfatizou a necessidade de haver propostas para melhorar os serviços prestados a infância e adolescência, o que considera como o principal indicador de qualidade de vida em um país. Ele ainda parabenizou a iniciativa da OAB-MT de realizar o encontro.

“Elogio a iniciativa a OAB como instituição de chamar a sociedade como um todo para discutir esse tema. Não é um evento fechado, é aberto para que todo segmento social possa debater como vai a infância e juventude, como está a causa da criança e do adolescente. Vão bem, a educação está boa, a saúde? A questão de violência, drogas, refletir sobre essas questões, que não estou vendo nenhum candidato a governador, a senador, a deputados federais, estaduais e presidente falar, colocar isso nos seus programas de propostas”, finalizou o procurador.

Ordem integra reunião sobre situação do público LGBT do CRC

A OAB-MT integrou uma reunião no Centro de Ressocialização de Cuiabá (Carumbé) para discutir a questão da ala destinada ao público LGBT da unidade prisional. O encontro teve a participação da diretora de Promoção dos Direitos LGBT do Ministério dos Direitos Humanos, Marina Reidel, que se reuniu com presos para ouvir suas necessidades, depois de conhecer o espaço. Ela tem visitado presídios de todo país para avaliação sob a ótica LGBT.

O vice-presidente da OAB-MT, Flávio Ferreira, participou da reunião. Dentre outros pleitos, comprometeu-se em viabilizar uma campanha de coleta de roupas, masculinas e femininas, para serem doadas aos presos da unidade. O presidente da organização não-governamental Livre Mente, Clóvis Arantes, pediu o apoio da Ordem para sensibilizar demais áreas do governo estadual para prover os reeducandos e o público LGBT em geral com programas de trabalho e assistência social.

“Tudo LGBT remete pra saúde, como se nós precisássemos só de remédio. Precisamos de trabalho, lazer, de tudo. Precisamos de projetos que tenham uma amplitude dessa, não ficar só na Secretaria de Saúde. Todas as Secretarias que têm projetos”, reforçou o ativista.

OAB-MT requer quebra de sigilo em delações

W A OAB-MT requereu ao ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), o levantamento do sigilo na colaboração premiada firmada pelo empresário Alan Malouf e do ex-secretário de Educação de Mato Grosso, Permínio Pinto.

Ambos chegaram a confessar a participação no esquema de fraudes em contratos na Secretaria de Estado de Educação

(Seduc) investigado na Operação Rêmoda.

Com a homologação dos acordos, o objetivo é apurar o envolvimento de pessoas com foro por prerrogativa de função no esquema. Conforme noticiado pela imprensa, os fatos narrados nos termos de colaboração premiada acusam o suposto envolvimento de secretário de Estado, ex-secretário, deputado federal e governador.

Diante da gravidade das denúncias, o pedido feito pela OAB-MT visa resguardar o interesse público. A mesma medida foi adotada pela entidade há um ano, quando veio à tona a delação do ex-governador Silval Barbosa.

“Em casos como esses, defendemos a publicidade dos processos até para que os citados não sejam acusados, julgados e condenados pela opinião pú-

blica sem a chance de produzirem suas defesas”, destacou o presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, lembrando que o levantamento do sigilo também evita vazamentos seletivos do conteúdo.

Ele ainda argumenta que a sociedade merece saber o que realmente aconteceu ou está acontecendo, não se podendo admitir que dúvidas pairam sobre agentes públicos.

MT deixa de arrecadar até R\$ 15 bilhões por acúmulo de processos

“M ato Grosso precisa de uma legislação tributária mais transparente, eficiente e que leve em conta as suas particularidades. O Estado, por conta dos 275 mil Processos Administrativos Tributários (PATs) acumulados, que esperam ser analisados, deixa de arrecadar de R\$ 10 a 15 bilhões, sem correção monetária. Com 5% desse valor Mato Grosso receberia uma grande ajuda para sair da grave crise financeira que passa”. Com essa afirmação o advogado especialista em Direito Tributário, Thiago Dayan, destacou a importância do livro “Processo Administrativo Tributário no Estado de Mato Grosso”, lançado no dia 21 de agosto, na OAB-MT.

A obra servirá como manual sobre a legislação do Imposto sobre Circulação e Mercadorias (ICMS) e dos procedimentos do PAT em Mato Grosso. Além disso, traz princípios e instrumentos de créditos tributários, aspectos do processo e artigos de diversos juristas sobre o tema. Thiago Dayan é um dos coordenadores do livro em parceria com o auditor fiscal e especialista em economia do setor público, André Fantoni. Dayan aponta quais são as causas principais para o aumento no número de PATs.

“A principal é a falta de clareza na legislação, que é confusa, pois o Estado acaba legislando por meio de decreto e portaria. Além de ser alterada com uma frequência. O que gera uma insegurança absurda e impede uma uniformização nos julgados”, apontou.

André Fantoni complementa ainda que Mato Grosso tem uma tributação diferente de outros Estados, o que gera dúvidas e conseqüentemente muitos processos. “Aqui a sistemática de tributação foi invertida. O ICMS é um imposto via de regra lançado por homologação. Porém aqui nós não esperamos o contribuinte declarar o que ele deve, mas sim o

Estado diz que tem condições de auditar as operações antes do contribuinte fazer isso. Por um lado, possuímos capacidade para isso, por outro, nem sempre sai correto e por isso gera processo. Muitas vezes o contribuinte não aceita em parte aquele lançamento e tem que entrar com ação para impugnar e lutar pelo direito dele. Enquanto essa corre o Estado deixa de arrecadar”, destacou o auditor fiscal.

Tanto que 30% das empresas brasileiras pagam mais tributos - seja ele federal, estadual ou municipal - do que devem, por desconhecer a legislação ou por medo de combater a ação fiscal. “Por essa falta de conhecimento da legislação os contribuintes acabam pagando o tributo de maneira errada, seja pagando mais do que devem ou menos do que deveriam pagar. Por exemplos como esses, que a reforma tributária é imprescindível para o Estado”, argumentou Thiago.

Dayan ressaltou ainda que em Mato Grosso são protocolizados de cinco a sete mil processos por mês e julgados em média três mil, o que mostra que um determinado número vai ficando para trás.

“É preciso fazer algo de forma efetiva para mudar isso. Sem falar que se hoje eu faço um protocolo na Secretaria de Fazenda, no setor que tem 10 analistas, cada um pensa de maneira diferente o mesmo assunto. É preciso criar súmulas de entendimentos acerca das matérias mais discutidas. Afinal um processo parado esperando análise é dinheiro que deixa de entrar na conta do Estado. Pois, se houvesse agilidade na análise dos processos, o contribuinte poderia providenciar o pagamento com menor incidência de juros, multas e correção”, afirmou.

O coordenador do livro ainda traz outro ponto importante, que é a questão dos prazos, a lei prevê que o recurso seja interposto de forma extemporânea, desde que alguns requisitos sejam atendidos.



“Eu sou advogado, e tenho que obedecer aos prazos judiciais. Defendo que na esfera administrativa esses prazos também deveriam ser respeitados, assim como na justiça. Não é o caso atual, a qualquer momento, independente de ser um ou dois anos eu posso protocolar o PAT. É claro que fazendo após o prazo legal de 30 dias eu não tenho exigibilidade do crédito suspensa, apesar que depende a matéria. Além disso, não podemos esquecer que é um Processo Administrativo, que ainda nem bateu às portas do Poder Judiciário, caso vá para a Justiça levará mais anos ainda e o Estado deixa de arrecadar”, explicou.

Thiago Dayan espera que enquanto essas mudanças não ocorram o livro torne-se uma ferramenta para fiscais tributários, advogados tributaristas, contadores, administradores, economistas e empresários, que precisam se manter atualizados com a legislação tributária mato-grossense. Além disso, que exista uma discussão mais acirrada a respeito da legislação estadual, principalmente no que se refere ao PAT.

“Queremos que haja um diálogo maior entre o Fisco e o Contribuinte para que cheguem ao bem comum. O contribuinte sério quer pagar os tributos, mas aqueles por ele realmente devido. E esperamos que o livro, que é uma ação inédita no Estado, tire muitas dúvidas dos interessados e contribua para o fomento de uma discussão saudável”, finalizou.

Para a mestra e doutora em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Fabiana Del Padre Tomé, que elaborou o prefácio da obra e palestrou sobre o tema “A prova no Processo Tributário”, o livro é um conteúdo muito importante para todos que lidam com o Direito Tributário.

“No livro os autores trazem de uma forma muito didática, seja para quem já atua no âmbito tributário, seja pra quem quer se iniciar nessa área, explicando como se faz isso, quais são os problemas enfrentados, como se posicionar e assim por diante. E um ponto que chamo a atenção sempre é que existe um pensamento retrógrado de que os atos administrativos de lançamento tributário têm uma presunção de legitimidade, que a autoridade administrativa pode emitir do jeito que bem entender, cabendo ao contribuinte expor de modo contrário, provar de modo contrário. Mas na verdade o ônus da prova é do Fisco. É ele que tem que apresentar a prova da não ocorrência da operação, demonstrar que o contribuinte tinha conhecimento de que houve uma fraude. Se não, ele não tem como exigir uma tributação diferente. Do mesmo jeito que você não pode imputar uma pena, uma punição a alguém sem provar que ele tem feito, da mesma maneira o fisco não pode dar uma multa tributária sem que o contribuinte tenha feito algo errado”, argumentou Fabiana.

Diretoria da OAB-MT lança pedra fundamental da nova subseção de Sinop

O presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, e a diretoria da entidade compareceram, no dia 17 de agosto, à solenidade de lançamento da pedra fundamental da nova sede da Subseção de Sinop da OAB. O projeto, cuja área a ser construída é de 749 metros quadrados, deve ser finalizado em 18 meses.

A viabilização de recursos para a obra da futura sede foi um trabalho do Sistema OAB, como informou o presidente. “Tiramos, hoje, do papel aquele sonho, do compromisso feito em 2015, de lutar para edificar a casa da sociedade sinopense. É um dia histórico, de júbilo, de comemorar. Os recursos que serão aportados na obra foram viabi-



lizados por todo o Sistema OAB através da Subseção, da Seccional, da Caixa de Assistência e do Conselho Federal. Isso representa a importância e a união da advocacia do norte do Estado”.

O presidente nacional da OAB,

Cláudio Lamachia, esteve em Sinop e conheceu o local onde será construída a nova sede. Conforme Leonardo Campos, foi depois que reconheceu a pujança da cidade que foi possível angariar os recursos federais para a obra. “Lamachia aqui pernitoou e volta, agora, o Estado pela sétima vez, nesses últimos dois anos. O que representa a força de nosso Estado, a credibilidade do nosso Estado de bem gerir o futuro e o patrimônio da advocacia”.

A construção será composta de espaços administrativos, educacionais e sociais, além de áreas abertas para atividades esportivas e de recreação. O projeto de arquitetura respeita as características da cidade e se apresenta de

forma linear e horizontal. As paredes em terracota homenageiam a história do povo sinopense que, a partir da terra e do solo, desenvolveu a região. “Este é um sonho que está sendo realizado”, comemorou o presidente da OAB Sinop, Felipe Guerra.

O presidente da OAB-MT também destacou a importância que o espaço terá para as discussões que afetam a sociedade que reside no norte de Mato Grosso, não apenas aos mais de mil advogados que atuam na cidade. “Além de ser a casa da advocacia sinopense, dos mais de mil advogados de Sinop, é a casa da advocacia mato-grossense. Todo o colega advogado que passar por aqui usará desse espaço. Também é a casa das liberdades democráticas. É aqui que as grandes discussões, os pleitos de Sinop terão início e daqui despontarão com a Ordem sendo o porto e o farol dessa sociedade”, finalizou.

Novo Fórum de Lucas do Rio Verde será lançado em setembro

O vice-presidente da OAB-MT, Flávio Ferreira, e o presidente da OAB Lucas do Rio Verde, Eduardo Villela, reuniram-se com o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargador Rui Ramos, no dia 29 de agosto, para discutir a estrutura do Poder Judiciário na comarca.

No encontro, o presidente do TJMT confirmou para este mês de setembro o lançamento da pedra fundamental para a construção da nova sede do Fórum da Comarca de Lucas do Rio Verde. Além da nova estrutura, será instalada a 7ª vara na comarca que também contará com mais servi-

dores para atuar nos trabalhos.

Outra conquista comemorada pela OAB Lucas do Rio Verde será a instalação da 2ª Vara da Comarca de Tapurah. Com a estruturação do Poder Judiciário na região, Eduardo Villela destacou que o próximo passo é a concretização da doação do terreno para a construção da nova sede da OAB Lucas do Rio Verde.

Além de prestar atendimento à advocacia de Lucas do Rio Verde, Ipiranga do Norte, Itanhanga e Tapurah, a subseção da OAB é responsável por uma das maiores ações sociais da região, beneficiando dezenas de entidades com a OAB Solidária.



Palestra, baile e doação de alimentos marcam comemorações em Tangará da Serra

A Subseção de Tangará da Serra da OAB-MT realizou diversos eventos em comemoração ao Mês da Advocacia. Uma palestra sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi ministrada no Centro de Formação e Atualização dos Profissionais de Educação Básica (Cefapro) no início de agosto.

Ao longo de aproximadamente cinco horas, o vice-presidente da Comissão de Assuntos Sociais, José Maria Barbosa, e as advogadas Kátia Gouveia e Carmem Olinto explicaram e esclareceram as dúvidas dos coordenadores e professores sobre o ECA.

Justamente no sentido de reforçar o papel social da entidade, as comemorações seguiram com a doação dos alimentos arrecadados em palestras promovidas pela OAB Tangará da Serra à Comunidade Salutar.

Ao longo do ano é realizada uma série de eventos e palestras de interesse da sociedade e, também, para capacitação e atualização dos profissionais



da advocacia. Para participar, no ato da inscrição é cobrado um quilo de alimento não perecível.

“A Comissão de Assuntos Sociais da OAB Tangará da Serra sempre está de portas abertas para apoiar as instituições do nosso município e região, seja com a realização de palestras ou a destinação de alimentos arrecadados”, explicou o presidente da subseção, Kleiton Carvalho.

As comemorações do Mês da Advocacia também foram marcadas pelo tradicional Baile dos Advogados, que chegou à sua 12ª edição. Mais que a integração entre advogadas, advogados e seus familiares, o evento contou com a presença da sociedade em geral, fazendo do momento de confraternização uma noite especial.

Presidentes das OABs pedem fim da cláusula de barreira da Jovem Advocacia

O Colégio de Presidentes de Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) recomendou, no dia 31 de agosto, em Gramado (RS), o fim da cláusula de barreira para a Jovem Advocacia.

A medida busca a participação de advogados e advogadas nos conselhos seccionais independentemente do tempo de inscrição. Já para ocupar os cargos de diretoria nas subseções e seccionais, Conselho Federal e caixas de Assistência, será exigido o mínimo de três anos de advocacia.

Atualmente, somente profissionais que tenham a partir de cinco anos de inscrição podem compor os quadros da Ordem.

Agora, a proposta deverá pas-

sar pelo crivo do Conselho Federal da OAB e submetida a alteração legislativa no Congresso Nacional.

A recomendação do colégio contou com a aprovação do presidente da OAB-MT, Leonardo Campos, que destacou a importância da iniciativa. “É da participação das advogadas e dos advogados que a Ordem é feita e queremos os profissionais atuando, discutindo, vivenciando a advocacia para construirmos juntos os avanços que queremos”, disse.

Propostas semelhantes já foram levadas ao Conselho Federal pela seccional de Mato Grosso em anos anteriores e, neste ano, para discutir a questão, a OAB-MT chegou a propor o Censo da Jovem Advocacia.



Presidente de comissão da OAB-MT é empossado na Comissão Nacional

Presidente da Comissão de Estudo das Questões Jurídicas do Agronegócio da OAB-MT, Paulo Inácio Helene Lessa foi empossado como membro titular da Comissão Nacional de Direito Agrário e Agronegócios, instalada no dia 27 de agosto.

A solenidade de posse da nova comissão do Conselho Federal da OAB aconteceu durante a 41ª Expointer, no Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio, região metropolitana de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Esta passa a ser a 21ª comissão nacional do CFOAB e, conforme Paulo Inácio Helene Lessa, permitirá a integração das comissões das seccionais da Ordem acerca do tema.

“Além de promover sugestões legislativas e acompanhamento da gestão executiva para implementação de políticas que promovam o desenvolvimento do agronegócio, a comissão nacional também dará suporte ao Conselho Federal nos posicionamentos e postura a respeito do tema”, explicou.

TED suspende preventivamente 2 advogados envolvidos com captação de clientes em Guarantã

O Tribunal de Ética e Disciplina (TED) da OAB-MT suspendeu, de forma preventiva, dois advogados que atuavam em Guarantã do Norte por estarem supostamente captando clientela na cidade, mediante oferta de exclusão dos nomes das instituições de proteção ao crédito e do ingresso de ações por danos morais. A suspensão é de 90 dias, iniciada em agosto.

Conforme relatos feitos no processo disciplinar iniciado contra os profissionais, estabelecidos em Sinop, eles ligavam para pessoas oferecendo os serviços jurídicos, ou saíam de porta em porta no município para ofertar a extinção do débito dos possíveis clientes com empresas, alegando a inexistência de vínculo contratual e, posteriormente, prometendo o ingresso da ação por danos morais. Os clientes em potencial foram ouvidos na apuração, que iniciou na 14ª Subseção de Peixoto de Azevedo da OAB-MT.

De acordo com o que relatou o TED, nas nove audiências acompanhadas notou-se que a parte autora (cliente) não conhecia o advogado, cuja contratação deu-se através de pessoas “que a encontraram na rua e ofereceram o serviço para limpar o nome, quando, na realidade, devem o valor discutido na ação”, como consta dos depoimentos.

“A situação descrita é de extrema gravidade, uma vez eu os causídicos al-

teraram a verdade dos fatos, com o intuito de obter vantagem indevida junto ao Poder Judiciário, usando da prática nociva da captação de clientes e, quiçá, ludibriando-os”, apontou o presidente do TED, João Batista Beneti. E acrescentou ainda: “a atitude dos advogados constitui conduta desonrosa para toda advocacia, pois em franco desrespeito às normas que regulam o exercício da profissão”.

Da leitura dos documentos que constam nos procedimentos observados, conforme o TED, que os advogados descumpriram as regras estabelecidas no Estatuto da Advocacia e do Código de Ética e Disciplina, ao pagar e facilitar que pessoas realizassem os serviços de captação de clientes para ingressarem com suas ações, “revelando, portanto, uma organização criminosa com o intuito de obtenção de vantagens ilícitas, pois na maioria das vezes as pessoas abordadas e que lhes forneciam os documentos, muitas delas quando questionadas, não sabiam nem do que se tratava, fatos estes que denotam uma atitude indigna totalmente vedada pelo nosso ordenamento jurídico”, ponderou.

A suspensão pelo prazo de 90 dias foi estabelecida para que, de acordo com o presidente do TED, coíba-se a continuidade das práticas, que também geram prejuízo à sociedade.

Medidas cautelares são destaque da lei anticorrupção

As medidas cautelares de bloqueio de bens são vistas como o grande avanço da Lei nº 12.846/2013, a Lei Anticorrupção, que completa cinco anos em 2018. Pelo menos foi a conclusão apresentada pela palestra do juiz federal Erik Navarro Wolkart, que abriu o Seminário “5 Anos da Lei Anticorrupção”, na noite de quinta-feira (9), no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT).

Depois de discorrer sobre aspectos neuropsíquicos para explicar a tendência de otimismo do ser humano, o magistrado estabeleceu a relação entre a descrença sobre a punição com a necessidade de agir de forma cautelar para que não se estabeleça a sensação de impunidade. “Medidas cautelares de bloqueios de bens antecipam e muito os efeitos da punição, porque o presente é muito mais valorizado do que o futuro”, ponderou Erik Wolkart.

As sanções judiciais da lei anticorrupção, além dos bloqueios cautelares, como decisão final do processo estão previstas a suspensão das atividades da empresa, que podem ser totais ou parciais, perda de benefícios como incentivos fiscais, por exemplo, e a dissolução compulsória, considerado pelo coordenador do evento, o vice-presidente da Comissão de Fiscalização dos Gastos Pú-



blicos e Combate à Corrupção da OAB-MT, Matheus Cunha, como a pena de morte das empresas no Brasil.

“A hora que a gente olha para as hipóteses de punição das empresas, aí o impacto aumenta ainda mais, porque o que o legislador fez não aumentar a fiscalização, mas aumentar a sanção. De cara, coloca uma multa administrativa para as empresas que pode chegar a 20% de seu faturamento”, acrescentou o advogado.ing

A Operação Lava-jato foi, na abertura, a todo momento lembrada pelos palestrantes do evento. “A Andrade Gutierrez e a Odebrecht publicaram em

seus sites uma carta de pedido de desculpas à sociedade brasileira. De onde veio essa ideia? Há uma punição na Lei Anticorrupção que diz que a empresa condenada deve publicar a decisão condenatória do processo de responsabilização em jornal de grande circulação”, apontou Matheus Cunha.

O presidente da Comissão realizadora do evento, Ivo Matias, comentou ser uma honra estar em meio a pessoas que estão preocupadas com os rumos do Brasil e lembrou os passos dados dentro da Ordem para a regulamentação da lei anticorrupção.

“A Comissão, além de celebrar os cinco anos da vigência da lei, também pode comemorar o segundo ano do decreto em que nós regulamentamos essa lei. Nós, como comissão da OAB, que levamos uma proposta, um anteprojeto de regulamentação desta lei, que já tinha três anos de vigência e nunca tinha sido regulamentada no âmbito de Mato Grosso”, comemorou.

O diretor-tesoureiro da OAB-MT, Helmut Daltro, ao dar as boas-vindas ao evento, lembrou que não poderia ser lugar diferente à Ordem para realizar o seminário, tendo em vista se a casa das liberdades democráticas. Mencionou o recém-realizado movimento da OAB-MT em conjunto com diversas entidades da sociedade civil organizada para dar voz à indignação da população do Estado, o Reage MT, e dar um basta à impunidade.

“A sociedade precisa reverberar a indignação. Mas, para isso, de maneira ordeira e eficaz, é preciso conhecer as normas, as ações que levarão ao controle social trazido por essa norma legal. Precisamos fazer com que essa lei efetivamente pegue”, finalizou.

A palestra foi seguida da participação do público com perguntas sobre o combate à corrupção no Brasil. Ao longo de toda a sexta-feira, quatro painéis fizeram parte da programação do Seminário.

Comissões querem saber da advocacia dificuldades enfrentadas junto ao Detran-MT

Para dar sequência aos trabalhos que visam à desburocratização no atendimento do Departamento Estadual de Trânsito dispensado à advocacia de Mato Grosso, o grupo de trabalho criado com tal fim quer saber de advogados e advogadas quais são as necessidades e dificuldades dos serviços prestados no órgão à categoria.

O resultado das manifestações dos profissionais deve ser compilado dentro dos próximos 15 dias para conclusão do termo de cooperação entre a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato

Grosso (OAB-MT) e o Detran-MT.

A medida, que partiu do trabalho conjunto entre membros das comissões de Direito de Trânsito e da Jovem Advocacia da OAB-MT e do órgão, deve culminar na adoção de estratégias para garantir as prerrogativas de advogados e advogadas na hora do atendimento.

“Para isso, é preciso que os colegas relatem as dificuldades encontradas no Detran. Nos digam quais são as necessidades que apontam para melhorar o atendimento no órgão e as dificuldades que enfrentam e que precisam ser supe-

radas”, pontuou o presidente da Comissão de Direito de Trânsito da OAB-MT, Giovane Gualberto de Almeida.

O email para que a advocacia possa enviar seus posicionamentos é o comissoes@oabmt.org.br.

O termo visa que o Detran-MT normatize a atuação da advocacia no atendimento referente a veículos e à habilitação; quanto ao atendimento nos processos administrativos referentes a servidores, usuários, estagiários e empresas; quanto ao atendimento nos processos de juntas médicas para obtenção da

Carteira Nacional de Habilitação; na autenticação de documentos por parte de advogados com base na Lei nº 11.925/09 e Novo Código de Processo Civil; quanto ao atendimento junto a JARI (Junta Administrativa de Recursos de Infração) do Detran-MT e Cetran-MT; sobre o atendimento junto à Advocacia Geral do Detran-MT; sobre o procedimento para que advogados tenham acesso a informações de seus clientes junto ao Sistema do Detran-MT, dentre outras atividades em que se demanda a atuação da advocacia junto ao órgão.



Corrida da Advocacia tem mais de 1.000 participantes

A VI Corrida da Advocacia movimentou Cuiabá no dia 26 de agosto com a participação de mais de 1.000 participantes, entre profissionais da advocacia e público geral. O evento – que faz parte das comemorações do Mês da Advocacia – foi realizado pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) com o apoio da OAB Mato Grosso, Comercial Uemura, Águas Lebrinha, Casa Prado e Unimed Cuiabá, e produção da equipe do Ultramacho.

Para o presidente da CAA/MT, Itallo Leite, o sentimento é de dever cumprido, pois mesmo com tantas corridas hoje em Mato Grosso, o evento foi um sucesso. “A Corrida da Advocacia já se tornou tradicional no estado com a participação de muitos advogados e a sociedade em geral. Ficamos muito felizes

com o resultado. São várias mãos trabalhando e fazendo a Caixa de Assistência forte, com a integração cada vez maior da família do advogado”, destacou.

A prova também é um momento de confraternização entre os advogados que se encontram num ambiente diferente daqueles do dia a dia de trabalho. “A união da advocacia está muito bonita, o que fortalece a nossa classe e a nossa profissão”, ressaltou o presidente da OAB Mato Grosso, Leonardo Campos.

As categorias foram divididas em advogados (as) e estagiários (as), público geral masculino e feminino e atletas com deficiência (ACD) masculino e feminino. Com dois percursos, 5k e 10k, a largada e chegada na Avenida André Maggi (Fundo do TRT), passando por vias de acesso ao Centro Político Administrativo e Avenida do CPA.

Nos 10k feminino, a advogada Florence Lima Verde, subiu no lugar mais alto do pódio. “Gostei bastante do percurso e da organização, com muita distribuição de água, staff em todo trajeto e muita segurança. Estimular a atividade física é fundamental na nossa classe. Sabemos que é uma carreira estressante e que exige bastante do corpo e da mente. O esporte vem para ajudar na produção diária do nosso trabalho”.

Os advogados vencedores nos 5k masculino e feminino, Vitor de Melo Pereira e Gisela Alves Cardoso, ressaltaram que fazem questão de participar da prova. “É uma das poucas provas que participo, mas prestigio a Caixa de Assistência pela organização e o trabalho que desenvolve. A Caixa presta atenção nos advogados”, disse Vitor.

Conheça os profissionais da advocacia mais rápidos nos 5k e 10k:

5k - masculino: Vitor de Melo Pereira (20'29"), Cristóvão Ângelo de Moura (20'32") e Juscelino Antônio Tomas (20'41")

5k - feminino: Gisela Alves Cardoso (25'24"), Débora de Oliveira Andrade (28'09") e Patrícia Tatsuno (28'19")

10k - masculino: Josué Ferreira de Souza (37'59"), Johny Gomes Garcia de Souza (38'21") e Michell Tralltiman Santos Leite (39'51")

10k - feminino: Florence Lima Verde (43'11"), Luciane Mildenberger (45'27") e Jacqueline Gevizier Nunes Rodrigues (55'22")

Corrida kids chega a sua terceira edição

Alegria. Foi o que se viu na III Corrida da Advocacia Kids realizada no dia 25 de agosto, em Cuiabá. Os pequenos atletas deram show, tornando a prova, mais um ano, sucesso absoluto. Organizada pela Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT) com a produção do Ultramacho, a corrida reuniu cerca de 200 crianças de dois a 12 anos de idade, no campo da Associação dos Advogados. “Este é um dia de confraternização. É a Caixa cuidando do maior patrimônio do advogado que é a sua família. Para a diretoria da entidade é uma grande satisfação organizar um evento como esse”, afirma o presidente da CAA/MT, Itallo Leite.

As crianças foram divididas em baterias conforme a faixa etária. Os pequenos corredores de 0 a 8 anos, percorreram 100 metros. Já os atletas com idades entre 9 a 12 anos correram 300 metros.

“Considero de grande importância o incentivo ao esporte desde cedo. Por

isso, trouxe meu bebê de 1 ano e 10 meses, para participar da sua primeira corrida. Achei tudo excelente”, declara Laura Martins Pereira. Também preocupado em oferecer ao filho qualidade de vida por meio da prática esportiva, o advogado Valdecy da Silva Veiga, conta que o pequeno Matheus (7) já é veterano da corrida kids. “Ele participou de todas as edições, inclusive, de outras provas realizadas na cidade”. O pai resalta que a inscrição do garoto em corridas é para atender a um pedido do filho. “Eu corro porque eu gosto de correr”, ratifica Matheus.

Outro jovem atleta já experiente



em provas de corrida é Carlos Eduardo Pimentel Espínola. Aos 12 anos, ele diz que já participou de cinco disputas. “Essa corrida da Caixa dos Advogados foi muito legal. Estava bem organizada e o percurso não foi cansativo. A medalha também é muito bonita”. Todas as crianças inscritas

e participantes da III Corrida da Advocacia Kids receberam kit contendo camiseta com tecido tecnológico, copo plástico retrátil, número de peito e medalhas. A prova teve o apoio da OAB Mato Grosso, Comercial Uemura, Casa Prado, Águas Lebrinha e Unimed Cuiabá.



Programa Medida Legal premia vencedores de Cuiabá e Sinop

Passados cerca de 60 dias de intensa dedicação, os advogados de Cuiabá Viviam Vieira e Fábio Nunes e de Sinop Marleth Hansen e Aluísio Barros obtiveram as maiores pontuações, sendo os vencedores do 3º Medida Legal da Caixa de Assistência dos Advogados de Mato Grosso (CAA/MT).

O presidente da CAA/MT, Itallo Leite, explica que foram levados em consideração os seguintes quesitos: desempenho nas atividades propostas, pontualidade nos treinos, índice de massa de gordura, circunferência abdominal e votação popular. “Chegamos ao

final do programa Medida Legal com a certeza de termos alcançado o objetivo que é agregar à vida do profissional da advocacia hábitos saudáveis por meio da prática de atividades físicas”.

Ele lembrou a importância das parcerias com os profissionais da área da saúde, educadores físicos e empresas apoiadoras do Medida Legal. “Todos os nossos parceiros de Cuiabá e Sinop são responsáveis diretos por esse sucesso”. Todas as empresas e prestadores de serviços participaram de forma voluntária, sem qualquer ônus para a CAA/MT.

“Participar foi um divisor de

águas. A partir da reeducação alimentar e do plano de atividades físicas, reduzi o nível de gordura e sinto muito mais disposição para as tarefas diárias. Agradeço a todos os profissionais envolvidos nesse projeto, em especial à Caixa de Assistência, pelo incentivo na saúde dos advogados”, relata uma das vencedoras Viviam Vieira.

Também foram escolhidos para participar da edição 2018 do Programa Medida Legal os advogados de Cuiabá Silmara Matos e Carlos Campos, e de Sinop Gabriella Machiavelli e John Lincoln Teixeira.

APOIO – O Programa Medida Legal teve os seguintes apoiadores em Cuiabá: Academia Fórmula, Centro de Saúde dos Advogados, Pamela Silva Personal Trainer, LJ Representações, Atacadão do Suplemento, Phloraceae Farmácia de Manipulação, Fiohealth, Malai Manso Resort, Infintiy Energy Drink, Águas Lebrinha e Anjos do Peso. Em Sinop, colaboraram a Speed Running Team, academia Oxy Gym, academia Fitness for Fun, Therapeutic Pharmacia, Laboratório de Análises Clínicas Qualité, Blut Klinik, Ahhhventura Eco Park, Lucas Salvadori Medicina Integrativa e Tecno Vida.

A CAA/MT tem novas parcerias em Cuiabá e Tangará da Serra. Para usufruir dos benefícios dos novos conveniados, basta apresentar a Carteira da Ordem. A relação completa dos convênios está disponível no site www.caamt.com.br e no aplicativo CAA OAB Mato Grosso (download gratuito).

Cuiabá

STUDIO LEBLÓ: Desconto de 30% em todos os serviços da parte do salão de beleza. (65) 3025-7840

QUALIFIT TRAINING ACADEMIA: Desconto de 20% nos valores praticados na academia, não sendo cumulativos com outras promoções. (65) 3644-3866.

Tangará da Serra

NUTRIPET RAÇÕES: Desconto de 10% nas compras à vista de rações para cães, gatos, peixes e pássaros em geral. Não aplicado para produtos em promoção. (65) 3326-9541 e 9 9618-4297.

DEBCLIN ODONTO: Desconto de 15% à vista ou 3x no cartão de crédito sem juros. Não aplicado a próteses. (65) 9 9913-1449.

MAQUIDAT MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E ALARMES: Desconto de 12% no pagamento à vista nos produtos; 5% no pagamento à vista nos serviços. Não aplicado aos serviços realizados fora da cidade de Tangará da Serra (MT). (65) 3326-2992.

RENOVAR FISIOTERAPIA E PILATES: Desconto de 25% em qualquer tratamento. (65) 9 9957-5527.

PARAISO GÁS: Desconto de 5% à vista ou cartão nas compras de gás e água. (65) 3326-8825.

MT e Direito Ambiental são destacados como essenciais à economia por livre docente

A importância do Direito Ambiental para a economia foi um dos aspectos abordados pelo primeiro livre docente em Direito Ambiental do país, o professor Celso Antonio Pacheco Fiorillo, na palestra de abertura do 14º Congresso de Meio Ambiente da OAB-MT, no dia 14 de agosto.

Com o tema “O Código Florestal e sua Interpretação Vinculada à Sustentabilidade Ambiental”, o primeiro dia de evento lotou o auditório da OAB-MT, reunindo aproximadamente 250 participantes.

Ao falar sobre “O agronegócio em face do ‘Código’ Florestal e sua interpretação vinculada à sustentabilidade ambiental”, Celso Fiorillo fez um retrospecto dos cerca de 30 anos de evolução do tema, desde suas fundamentações constitucionais até as perspectivas no cenário econômico mundial.

“O futuro está no Centro-Oeste”, destacou o professor, discorrendo sobre a relevância e importância de atuar num estado que é celeiro da produção de alimentos.

O primeiro dia do 14º Congresso de Meio Ambiente da OAB-MT também contou com espaço para debate com o palestrante e lançamento de seu livro “Comentários ao ‘Código’ Florestal”, escrito em conjunto

com Renata Marques Ferreira.

Compensação de danos, regularização ambiental em Mato Grosso e conversão de multa, tanto no âmbito estadual como no federal, foram os temas tratados na segunda noite do 14º Congresso Nacional de Meio Ambiente.

O primeiro tema, abordado pelo doutor em Direito Tributário Ambiental pela Universidade de São Paulo (USP), Werner Grau Neto, tratou dos termos jurídicos indeterminados e limites discricionários no novo Código Florestal, com ênfase na questão da compensação.

Mesmo por meio de videoconferência, o palestrante explicou como deve se dar a reparação no caso de dano ecológico. “No momento em que eu trato de reparação eu tenho que entender qual é este bem ambiental de interesse ecológico. Eu tenho que dividir os bens ambientais de interesse ecológico dentro de categorias, que a ciência aceita e que a nossa lei impõe, que é a divisão por bioma”, esclareceu o pesquisador.

Representando a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), o secretário adjunto de Gestão Ambiental, Alex Sandro Antônio Marega, falou sobre o Sistema de Regularização Ambiental e o cadastramento rural em Mato Grosso. Em síntese, esclareceu a evolução dos processos para implan-



tação do Cadastro Ambiental Rural no âmbito estadual e sua modernização, que difere do federal.

“O CAR é uma tentativa que buscamos para desburocratizar esse processo de regularização ambiental. É a primeira fase. A partir do momento que o imóvel rural está cadastrado, pode iniciar a sua regularização, a recomposição da sua reserva legal, das suas áreas de preservação permanente e as compensações”, apontou Marega.

Para finalizar a rodada de temas, o advogado e analista ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), Halisson Peixoto Barreto, explanou sobre a conversão de multas

ambientais no âmbito federal. Tratou da efetividade da atuação do órgão e a forma de atuar própria da superintendência em Mato Grosso.

“Aqui a gente criou um setor dentro da Coordenação de Regulação Ambiental que são equipes dedicadas a verificar se de fato os processos estão sendo executados. Essa mera regulamentação provocou grandes mudanças dentro do Ibama. Requerimento de conversão de multas não é confissão de culpa. Eu tenho que apurar se a infração de fato ocorreu, se a responsabilidade, portanto, está determinada e qual a sanção mais adequada”, apontou o servidor.

Conselheira da OAB-MT lança livro sobre Plano Diretor das Cidades

Durante o 14º Congresso de Meio Ambiente da OAB-MT, a conselheira estadual Dinara de Arruda Oliveira lançou o livro “Plano Diretor das Cidades – Visão História e Função Social. Um estudo de caso do Plano Diretor de Cuiabá”. A obra faz um estudo das causas dos problemas enfrentados pela população nos municípios brasileiros e, em especial, na capital de Mato Grosso.

De acordo com a advogada, o livro nasceu da tese doutorado em Direito Urbanístico, apresentada por ela por ela há cinco anos. “Falamos às vezes só da questão federativa e não nos voltamos aos municípios. Nele eu trato da formação das cidades brasileiras de um modo geral e, mais especificamente, de Cuiabá,



porque eu estudei o plano diretor como um estudo de caso”.

Para Dinara, a melhoria na for-

mação e ocupação dos solos nos municípios passa pelo fortalecimento dos planos diretores. “Com isso, eu consigo

ter uma fonte de renda maior, melhor e com qualidade para os municípios”. No trabalho, foi levantado o conceito de cidade e de sua função social, analisando-se o Estatuto da Cidade, passando-se à previsão da necessidade de instituição do Plano Diretor nos Municípios, assim como as ações desenvolvidas para a implementação do plano em cada município.

A conselheira pontua que a eficácia dos planos diretores passa pelo atendimento às especificidades de cada município, o que não ocorre em muitos casos. “É importante ter uma legislação mais específica e voltada para aquele município. Vemos no Brasil muita cópia e, na verdade, esta lei tem que ser moldada para cada município”, finaliza.

Informe OAB

OAB Lucas do Rio Verde recebe moção de aplausos

Com um novo recorde de público e arrecadação, a 6ª edição da FeijOAB ganhou o reconhecimento da sociedade luverdense. A Câmara Municipal de Lucas do Rio Verde concedeu “Moção de Aplausos” à OAB Solidária – braço da subseção de Lucas do Rio Verde da OAB-MT, responsável pela realização anual do evento e outras ações sociais. De autoria da vereadora Márcia Pelicioli, a homenagem reconheceu não apenas o alto número alcançado na última FeijOAB, realizada em junho deste ano, mas toda a trajetória da OAB Solidária.



Sistema OAB-MT e Atame oferecem pós em auditoria, controladoria e compliance

Em parceria com a OAB-MT, através da ESA-MT, a Atame oferece o curso de pós-graduação em Auditoria, Controladoria e Compliance Governamental. As aulas terão início no dia 28 de setembro. O público-alvo da pós-graduação é formado de controladores e auditores internos, procuradores, auditores, contadores, professores, consultores, servidores públicos e demais trabalhadores que atuam no setor público e que tenham interesse nos temas. A duração é de 21 meses, para aplicação de um módulo em cada, com um encontro de 18 horas/aula mensal. A carga total é de 378 horas/aulas. A Caixa de Assistência ao Advogado (CAA/MT) também é parceria no oferecimento. Mais informações podem ser obtidas no site www.grupoatame.com.br.

Judiciário de MT suspende prazos de 10 a 14 de setembro para implanta PJe 2.0

O Poder Judiciário de Mato Grosso publicou portaria suspendendo, entre os dias 10 e 14 de setembro, os prazos processuais dos autos eletrônicos em trâmite no Estado pelo Processo Judicial Eletrônico (PJe). A medida faz-se necessária em virtude da implantação da versão 2.0 do Sistema PJe em todas as unidades judiciárias e órgãos julgadores da Justiça estadual, conforme informou à OAB-MT. O presidente da Comissão de Direito Eletrônico, Gonçalo Adão, e quatro colaboradores da instituição participaram, no dia 16 de agosto, do curso de atualização para utilizar a versão 2.0.

TJ determina registro de 7 dias de indisponibilidade do PJe entre maio e junho

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) determinou o registro da indisponibilidade do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nos dias 21, 24 e 30 de maio e em 4, 8, 13 e 18 de junho de 2018, no primeiro grau de jurisdição, depois que a OAB-MT solicitou que fosse suspensa a obrigatoriedade do uso do sistema, tendo em vista sua constante instabilidade no período. De acordo com o despacho do presidente do TJMT, desembargador Rui Ramos, foi após a elaboração de um relatório técnico do Departamento de Sistemas e Aplicações do órgão que se observou que os períodos de maior dano aos usuários do PJe e aos jurisdicionados foram os mencionados. “Especificamente nos dias 21.5, 24.5, 30.5, 4.6, 8.6, 13.2 e 18.6 constatou-se dificuldades significativas de uso do aludido sistema. A Resolução 185/203 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e a Lei 11.419/2006 ditam que, se o sistema se tornar indisponível por motivo técnico, o prazo fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte à resolução do problema”, especificou o desembargador no despacho.

Em Destaque



Termo de parceria para criação do curso de pós-graduação em Direitos Humanos, estabelecido entre a OAB-MT e a Unemat e assinado durante a abertura do I Seminário Estadual de Direitos Humanos, realizado nos dias 23 e 24 de agosto



Encerramento do 2º Seminário da Infância e Juventude realizado pela CIJ da OAB-MT, que contou com a palestra do procurador de justiça Paulo Prado. Imagem dos participantes finais do evento, no dia 30 de agosto



Homenageados na sessão do Conselho Seccional de agosto por prestar relevantes serviços à advocacia de Mato Grosso, a advogada Sueli Silveira e o advogado Jonil domingos da Silva Campos. Ambos receberam as placas entregues pela diretoria e por conselheiros



No ano em que completou 40 anos de atuação em Mato Grosso, o advogado Romildo Souza Grotta, de Pontes e Lacerda, foi reconhecido como cidadão mato-grossense pelos trabalhos realizados ao longo de sua carreira.

